

O POPULISMO COMO ESTRATÉGIA DEMOCRÁTICA: UM DIÁLOGO COM MOUFFE EM OPOSIÇÃO À HEGEMONIA LIBERAL

POPULISM AS A DEMOCRATIC STRATEGY: A DIALOGUE WITH MOUFFE IN
OPPOSITION TO LIBERAL HEGEMONY

EL POPULISMO COMO ESTRATEGIA DEMOCRÁTICA: UN DIÁLOGO CON
MOUFFE EN OPOSICIÓN A LA HEGEMONÍA LIBERAL

Welliton Aparecido Nazario¹, Rafael Alem Mello Ferreira²

DOI: 10.54899/dcs.v22i84.3614

Recibido: 20/10/2025 | Aceptado: 21/10/2025 | Publicación en línea: 14/10/2025.

RESUMO

O estudo analisa o populismo como fenômeno político e discursivo que, longe de representar apenas ameaça autoritária, pode ser compreendido como estratégia de reconfiguração democrática diante da crise estrutural das democracias liberais. O objetivo geral consiste em discutir o populismo como instrumento legítimo de contestação da hegemonia liberal e de reconstrução da esfera pública em bases mais plurais e inclusivas. Como objetivos específicos, busca-se compreender a distinção entre antagonismo e agonismo na teoria política contemporânea, examinar o populismo como forma de articulação contra-hegemônica e avaliar suas potencialidades para o fortalecimento do pacto democrático. O problema de pesquisa que orienta o trabalho é: de que modo o populismo pode atuar como estratégia de radicalização democrática, sem romper com os fundamentos institucionais da democracia? A metodologia utilizada é de natureza bibliográfica, desenvolvida a partir de análise teórico-analítica de obras e autores que discutem as relações entre liberalismo, hegemonia e conflito político. Os resultados demonstram que o populismo, quando orientado por uma lógica agonística, pode contribuir para o resgate do dissenso como princípio vital da democracia, revalorizando o papel dos afetos e das disputas simbólicas na construção da vontade popular. Conclui-se que a radicalização democrática proposta pela democracia agonística oferece caminhos para superar a apatia liberal e instaurar novas formas de participação política e inclusão social.

Palavras-chave: Democracia Agonística. Hegemonia Liberal. Populismo. Reconfiguração Democrática.

ABSTRACT

The study analyzes populism as a political and discursive phenomenon that, far from representing only an authoritarian threat, can be understood as a strategy for democratic reconfiguration in the

¹ Mestrando em Constitucionalismo e Democracia, Faculdade de Direito do Sul de Minas, Cambuí, Minas Gerais, Brasil. E-mail: wellitonpnazario@gmail.com

² Doutor em Direito, Universidade Estácio de Sá, Faculdade de Direito do Sul de Minas, Cambuí, Minas Gerais, Brasil. E-mail: wellitonpnazario@gmail.com

face of the structural crisis of liberal democracies. The general objective is to discuss populism as a legitimate instrument of contestation against liberal hegemony and as a means to rebuild the public sphere on more plural and inclusive grounds. The specific objectives are to understand the distinction between antagonism and agonism in contemporary political theory, to examine populism as a counter-hegemonic articulation, and to assess its potential to strengthen the democratic pact. The research problem guiding the study is: how can populism function as a strategy for democratic radicalization without breaking with the institutional foundations of democracy? The methodology is bibliographic, developed through a theoretical-analytical review of works and authors addressing the relationship between liberalism, hegemony, and political conflict. The results show that populism, when guided by an agonistic logic, can contribute to recovering dissent as a vital principle of democracy, revaluing the role of emotions and symbolic disputes in constructing the popular will. It is concluded that the democratic radicalization proposed by agonistic democracy offers pathways to overcome liberal apathy and establish new forms of political participation and social inclusion.

Keywords: Agonistic Democracy. Democratic Reconfiguration. Liberal Hegemony. Populism.

RESUMEN

Este estudio analiza el populismo como un fenómeno político y discursivo que, lejos de representar únicamente una amenaza autoritaria, puede entenderse como una estrategia de reconfiguración democrática ante la crisis estructural de las democracias liberales. El objetivo general es examinar el populismo como un instrumento legítimo para desafiar la hegemonía liberal y reconstruir la esfera pública sobre bases más plurales e inclusivas. Los objetivos específicos incluyen comprender la distinción entre antagonismo y agonismo en la teoría política contemporánea, analizar el populismo como una forma de articulación contrahegemónica y evaluar su potencial para fortalecer el pacto democrático. El problema de investigación que guía este trabajo es: ¿cómo puede el populismo actuar como una estrategia de radicalización democrática sin romper con los fundamentos institucionales de la democracia? La metodología empleada es bibliográfica y se basa en un análisis teórico-analítico de obras y autores que abordan las relaciones entre liberalismo, hegemonía y conflicto político. Los resultados demuestran que el populismo, guiado por una lógica agonística, puede contribuir a la recuperación de la disidencia como principio fundamental de la democracia, revalorizando el papel de los afectos y las disputas simbólicas en la construcción de la voluntad popular. Se concluye que la radicalización democrática propuesta por la democracia agonística ofrece vías para superar la apatía liberal y establecer nuevas formas de participación política e inclusión social.

Palabras clave: Democracia Agonística. Hegemonía Liberal. Populismo. Reconfiguración Democrática.



Esta obra está bajo una [Licencia Creative Commons Atribución- NoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

INTRODUÇÃO

A presente investigação parte do reconhecimento de uma crise estrutural que assola as democracias liberais contemporâneas, marcada pela crescente deslegitimação das instituições representativas, pela erosão da confiança pública e pelo aprofundamento das desigualdades sociais. Neste cenário, o populismo emerge como um fenômeno ambivalente e complexo: por um lado, frequentemente acusado de manipular afetos coletivos, de corroer normas institucionais e de flertar com práticas autoritárias; por outro, também aparece como uma resposta política às exclusões operadas pela racionalidade liberal e como tentativa de reconfiguração do campo democrático por meio de novas formas de articulação política. É nesse horizonte que o presente artigo se inscreve, propondo uma leitura alternativa do populismo a partir da teoria da democracia agonística desenvolvida por Chantal Mouffe. Trata-se, portanto, de deslocar o foco da condenação moral e da caricatura funcionalista do populismo para compreendê-lo enquanto estratégia discursiva legítima de contestação da hegemonia liberal e de reinvenção democrática.

Fundamentado em uma abordagem teórico-analítica, o trabalho articula referências clássicas e contemporâneas, como Ernesto Laclau, John Rawls, Jürgen Habermas, Alessandro Pinzani, Manuel Castells, entre outros. Com o intuito de mapear os principais contornos do debate sobre populismo, hegemonia e representação democrática. Especial ênfase é dada à distinção entre antagonismo e agonismo, conceitos centrais na proposta de Mouffe, que reposicionam o papel do conflito na vida política. Em vez de considerar o dissenso como obstáculo à estabilidade democrática, a democracia agonística propõe institucionalizá-lo, transformando o adversário em legítimo interlocutor, sem, contudo, suprimir a diferença. Este modelo se contrapõe à lógica liberal consensual que tende a neutralizar os embates ideológicos sob a égide da racionalidade procedimental ou moralizante.

A análise desenvolvida ao longo do artigo propõe que o populismo pode funcionar como catalisador de uma nova gramática democrática, desde que se reconheça seu potencial de articulação contra-hegemônica e sua capacidade de dar voz às demandas não representadas pelo sistema liberal tradicional. Nesse sentido, o populismo, compreendido como estratégia de construção de sujeitos políticos e de disputa simbólica pelo controle do espaço público, revela-se não como anomalia democrática, mas como expressão legítima de um mal-estar estrutural com as promessas não cumpridas do liberalismo político e econômico. Assim, o objetivo do texto é demonstrar que uma democracia radical, plural e agonística, longe de ser utópica ou

desestabilizadora, constitui uma via promissora para o fortalecimento da esfera pública, para o resgate da participação política e para a reconfiguração do pacto democrático em bases mais justas e inclusivas.

Além disso, o artigo busca evidenciar como o populismo, em seu caráter performativo e articulador, revela os limites do modelo liberal ao escancarar a fragilidade dos dispositivos que prometem mediação universal, mas que, na prática, reiteram a exclusão e a apatia política. A partir do referencial teórico de Mouffe, questiona-se a ideia de um espaço público neutro, consensual e despolitizado, denunciando o viés elitista de uma razão pública que desconsidera os afetos, as paixões e as clivagens constitutivas do político. A democracia, para ser efetiva, precisa assumir o dissenso como motor de vitalidade institucional, e não como falha do sistema.

Este trabalho, portanto, não apenas propõe uma reinterpretação teórica do populismo, mas também busca oferecer uma chave analítica para compreender fenômenos políticos contemporâneos em escala global e local. Em tempos de desinformação, polarização e esvaziamento da participação cívica, torna-se urgente repensar os modos de construção da vontade popular e das formas de pertencimento democrático. O populismo, enquanto força de rearticulação simbólica e agregadora de demandas insatisfeitas, convida-nos a refletir sobre os mecanismos de exclusão estrutural e sobre as possibilidades de reconfiguração do laço democrático a partir do conflito reconhecido, institucionalizado e transformado em potência política.

POPULISMO, LIBERALISMO E O VALOR DO CONFLITO: REPENSANDO A DEMOCRACIA SOB A PERSPECTIVA AGONÍSTICA

Quando falamos em populismo, logo somos confrontados com uma miríade de definições, muitas vezes tão diversas que podem nos deixar confusos. O que seria exatamente esse fenômeno? Para alguns, populismo é um estilo de liderança; para outros, uma estratégia política. Mas, se pararmos para pensar um pouco, podemos perceber que vai além. O populismo é, em essência, uma reação ao que vemos como ineficiências ou desconexões da elite política em relação às necessidades da população.

Não nos parece um grande equívoco afirmar que, por detrás das preocupações de boa parte das autoras e autores que têm se ocupado dos temas das esferas públicas democráticas e seus (contra) públicos, bem como da democracia e seus impasses no século XXI, estão acontecimentos que vêm marcando de maneira indelével a paisagem

política mundial recente: nos anos 2000, a ascensão de líderes de esquerda com perfis populistas que, não raro, lançaram mão de métodos autoritários para excluir e/ou silenciar as oposições; mais recentemente, a ascensão por meio do voto popular de governantes assumidamente defensores de valores e visões de mundo associadas à direita conservadora, militarista, sexista, supremacista, nativista que caracterizam as posições de políticos como Donald Trump, Jair Bolsonaro, Vladimir Putin, Tayip Erdogan, Viktor Orban, Rodrigo Duterte, Jaroslaw Kaczynski etc (Kritsch; Silva, 2022, p. 275-276).

Olhar para momentos históricos pode nos ajudar a entender melhor essa complexidade. Pense, por exemplo, em figuras como Getúlio Vargas no Brasil, que surgiu em um período de grande turbulência social e econômica, com a proposta de estabelecer um vínculo direto entre o povo e o poder. Ele não era apenas um líder; era também um símbolo de esperança em tempos sombrios, um eco do anseio coletivo por justiça e inclusão.

(...) as diferenças existentes entre um líder religioso pregar ou promover uma organização pró-vida e liderar um movimento político importante ou concorrer a um cargo político (Rawls, 2011, p. 525).

A ascensão de líderes carismáticos em épocas de crise é um padrão que se repete ao longo da história, sendo o populismo um fio que se entrelaça nas narrativas de diferentes nações: da Revolução Francesa ao governo de Hugo Chávez na Venezuela.

por que não afirmar que todas as questões com relação às quais os cidadãos exercem seu poder político final e coercitivo uns sobre os outros estão sujeitas à razão pública? (Rawls, 2011, p. 253).

E o que exatamente esses líderes tentam oferecer? Em muitos casos, a promessa de uma voz ativa para aqueles que se sentem marginalizados. Assim, o populismo pode ser visto, em parte, como um movimento que busca restaurar a dignidade e o poder aos excluídos, uma resposta visceral a um sistema que parece ignorar sua existência. Ao considerar isso, não podemos deixar de nos perguntar: o que exatamente leva a população a clamar por esses novos líderes, que muitas vezes falam de modo direto e emocionante? É a frustração que se acumula, o sentimento de que suas vozes, seus medos e suas esperanças foram esquecidos. A razão pública “constitui uma das bases políticas e sociais da democracia e é vital para que permaneça forte e vigorosa (Rawls, 2011, p. 527).

Ao mesmo tempo, há uma necessidade de analisar como o contexto molda o que entendemos por populismo. Um fenômeno em um país pode parecer alienígena em outro, dependendo das condições sociais, econômicas e políticas. A história tem suas nuances e, por

mais que tentemos categorizar o populismo, ele é, de fato, maleável. Já parou para pensar como a mesma palavra pode ter significados tão diferentes ao redor do mundo? Em cada canto, existem vozes singulares clamando, não apenas por representatividade, mas por um espaço onde suas histórias possam ser contadas remetendo as “ideias fundamentais consideradas latentes na cultura política pública de uma sociedade democrática” (Rawls, 2011, p. 205-206).

As mensagens negativas são cinco vezes mais eficazes em sua influência do que as positivas. Portanto, trata-se de inserir negatividade de conteúdos na imagem da pessoa que se quer destruir, a fim de eliminar o vínculo de confiança com os cidadãos. Daí a prática de operadores políticos profissionais no sentido de buscar materiais prejudiciais para determinados líderes políticos, manipulando-os e até fabricando-os para aumentar o efeito destrutivo. Tal é a origem da política do escândalo (...) que aparece no primeiro plano dos processos políticos de nosso tempo em todos os países (Castells, 2018, p. 21).

Essa reflexão nos leva a um ponto crucial: o populismo não surge em um vácuo, ele é uma resposta — muitas vezes, intensa e até desenfreada — a estruturas sociais que falharam em atender a todos. O que ele nos revela é um cenário onde a democracia, em sua forma tradicional, enfrenta desafios significativos que não podem ser ignorados. A verdade é que o populismo se alimenta dessa frustração coletiva, e compreender suas raízes é vital para entendermos a realidade política contemporânea.

(...) nosso exercício do poder político é apropriado e, portanto, justificável somente quando exercido em conformidade com uma Constituição cujos elementos essenciais se pode razoavelmente supor que todos os cidadãos subscrevam, à luz de princípios e ideais que são aceitáveis para eles, na condição de razoáveis e racionais. Este é o princípio liberal da legitimidade (Rawls, 2011, p. 256).

Ao longo do tempo, o liberalismo, com suas promessas de liberdade e igualdade, tem deixado de lado diversas vozes, permitindo que o populismo surja como uma resposta vigorosa e muitas vezes caótica. Ao abordar essa crítica ao liberalismo, vamos mergulhar fundo em questões que tocam diretamente a vida de muitas pessoas.

É necessário um consenso sobre as instituições que são constitutivas da democracia e sobre os valores ético-políticos que devem informar a associação política, mas sempre haverá desacordo quanto ao significado e aos métodos de implementação desses valores. Numa democracia pluralista, tais desacordos deveriam ser considerados legítimos e realmente bem-vindos. Eles proporcionam diferentes formas de identificação com a cidadania e são o estofado da política democrática (Mouffe, 2005, p. 125).

Ao analisarmos as limitações do liberalismo, é importante refletir sobre como esse

sistema, que promete promover a liberdade e o progresso, na verdade, pode marginalizar e silenciar vozes dissidentes. Parece contraditório, não é? O liberalismo, em sua essência, busca a igualdade de oportunidades e espaço para todos, mas frequentemente falha em aplicar isso na prática. A história está repleta de exemplos de indivíduos ou grupos que se sentiram invisíveis nesse cenário. A sensação de exclusão pode ser uma lâmina, cortando profundamente a confiança das pessoas no sistema.

As consequências dessa exclusão são preocupantes. Quando um setor da população se sente desamparado, desencadeia-se uma série de reações. Essa frustração pode dar espaço a discursos populistas, que prometem um retorno ao controle e à voz. Vemos, ao longo da história, como figuras carismáticas se aproveitam desse vácuo, apresentando-se como salvadores em tempos de crise. É quase um padrão: onde há descontentamento, há chance de surgirem promessas sedutoras, mesmo que vazias.

No campo social, esse fenômeno é ainda mais nítido. Grupos historicamente sub-representados, como minorias étnicas ou comunidades marginalizadas, muitas vezes são deixados à margem das decisões que impactam suas vidas. Tentar dialogar com um sistema que não os inclui é como falar para uma parede. O que acontece, então? O surgimento de alternativas populistas se torna um reflexo tanto da insatisfação quanto de uma busca desesperada por reconhecimento e mudança. E essa é a semente do populismo, regada pela frustração e pelo desejo de ser ouvido um “compromisso apaixonado com um sistema de referência” (Wittgenstein, 1980, p. 85).

É essencial trazer à tona visões que ajudam a entender essa dinâmica. Chantal Mouffe, nos leva a considerar a necessidade de um antagonismo saudável na política. Sua abordagem ilumina como um ambiente democrático pode se beneficiar da diversidade de opiniões. Quando as discordâncias são vistas não como um problema, mas como uma oportunidade para um debate mais vibrante, a democracia se fortalece. Essa proposta é intrigante. O antagonismo, em vez de sempre gerador de conflitos, pode ser um catalisador para a inovação política e social. É triste pensar que em vez de celebrar a pluralidade de vozes, muitos de nós nos vemos caindo na armadilha da polarização extrema.

Nesse contexto, a situação pede que repensemos o que consideramos como norma. Quando nos deparamos com opiniões divergentes, a reação automática muitas vezes é a da defesa, do ataque; mas, e se ao invés disso, buscássemos o diálogo? E aqui está a questão. A democracia agonística propõe não apenas a aceitação da diferença, mas a celebração dela. Isso nos leva a um

lugar onde cada opinião, mesmo as mais opostas, encontra espaço, um ambiente onde o debate se torna intenso e, paradoxalmente, enriquecedor.

Como pessoas razoáveis e racionais e sabendo-se que professam uma diversidade de doutrinas religiosas e filosóficas, os cidadãos devem se dispor a explicar as bases de suas ações uns aos outros em termos que cada qual possa razoavelmente esperar que os demais julguem consistentes com sua liberdade e igualdade. Procurar satisfazer essa condição é uma das tarefas que esse ideal de política democrática exige de nós. Entender como se deve conduzir a si próprio como cidadão democrático inclui entender um ideal de razão pública (Rawls, 2011, p. 256-257).

É crucial distinguir entre antagonismo e agonismo. O antagonismo, com suas conotações negativas, refere-se a um estado de conflito e clivagem que pode gerar divisão e desconfiança. Já o agonismo, ao contrário, invita ao reconhecimento do conflito como um elemento inerente à política. O que muda quando adotamos essa visão mais ampla? Creio que o efeito sobre a coesão social é profundo. Diferentes culturas políticas têm experiências variáveis em como lidam com o dissenso. Alguns países, que valorizam o debate plural, mostram-se mais resilientes às crises. É um verdadeiro milagre quando a diferença é vista como força e não como fraqueza.

Portanto, enquanto navegamos pelo populismo e suas intersecções com o liberalismo e a democracia, somos lembrados da importância de ouvir aqueles que muitas vezes permanecem à sombra do discurso dominante. Reflexões sobre essas nuances nos preparam para discutir as complexidades do populismo. Afinal, a verdadeira riqueza da política reside em sua diversidade, um labirinto de opiniões que, quando navegado com cuidado, revela oportunidades surpreendentes para uma sociedade mais inclusiva.

A proposta de Chantal Mouffe sobre a democracia agonística nos oferece uma visão renovadora sobre como podemos entender o conflito nas dinâmicas políticas. Ao contrário da visão tradicional que muitas vezes demoniza a polarização, Mouffe sugere que o antagonismo deve ser compreendido como parte essencial do jogo democrático. A ideia de agonismo implica reconhecer que as divergências são inevitáveis e até desejáveis em um sistema democrático. O que seria do debate político se todos pensássemos da mesma forma? A riqueza da democracia vem precisamente das tensões e dos embates de ideias, que promovem um espaço dinâmico e vibrante.

Chantal Mouffe (2006) afirmou que haveria sérias razões para um ceticismo em relação à ideia de que a democracia liberal tenha assumido a posição de única forma legítima de governo no século XX, no sentido de que ela restaria sem adversários. Hoje, não haveria como apontar precisamente a força e a duração de um consenso em torno daquela

proposta; e, mesmo que apenas alguns poucos ousem abertamente desafiá-la, existiria crescentes sinais de despreço pelas instituições desta forma de governo, o que se poderia notar por meio da percepção dos eleitores de uma perda de representatividade, das incursões de partidos de extrema-direita em Europa e alhures, bem como pela persistência de um cinismo acentuado sobre a política e os políticos (Kritsch; Silva, 2022, p. 305).

Ter a coragem de escutar a discordância pode ser um desafio. É mais fácil concordar, não é? Mas o que significaria para a democracia criar um espaço onde a discórdia é não apenas aceita, mas celebrada? Imagine um cenário em que as disputas ideológicas são vistas como oportunidades de aprendizado e crescimento, onde o respeito pela diversidade de opiniões se torna um valor central. Essa perspectiva ativa nos convida a refletir sobre nossos próprios preconceitos e a considerar que o desafiante pode nos oferecer novas formas de ver o mundo. Por outro lado, é fundamental que o debate saudável se mantenha longe da polarização extrema, que leva à desumanização do adversário. Quando perdemos a capacidade de enxergar o oponente como uma pessoa com sentimentos e experiências, entramos em um território perigoso. Esse movimento em direção à radicalização não é só prejudicial à política; ele contamina nossa convivência social. Trabalhar para distinguir o antagonismo construtivo do destrutivo se torna essencial para a eficácia democrática. O que vemos hoje em várias partes do mundo é um reflexo dessa tensão mal resolvida.

Mouffe (2006) distingue duas correntes majoritárias, uma influenciada por Rawls e outra por Habermas, mas que compartilham a defesa da ligação entre liberalismo e democracia. No caso de Rawls, ver-se-ia sua intenção de formular uma teoria que desse conta dos aspectos relacionados não apenas à liberdade, mas também à igualdade, como tentativa de conciliar a tradição associada a Locke, que Benjamin Constant (1985) chamou de liberdade dos modernos, e a tradição associada a Rousseau, que Constant chamou de liberdade dos antigos. Já Habermas buscaria demonstrar, por meio de sua teoria procedimental da democracia, a cooriginariedade dos direitos fundamentais e da soberania popular: o autogoverno serviria para proteger direitos individuais que, por sua vez, forneceria as devidas condições para o exercício da soberania do povo. Além de Rawls e Habermas, Mouffe (2006) analisa também os trabalhos de Joshua Cohen (1998) e Seyla Benhabib (1996), como autores que seguiram as ideias conciliatórias propostas por aqueles primeiros, respectivamente. Cohen aponta que a liberdade dos modernos não seria exterior ao processo democrático, enquanto Benhabib entende que a deliberação pode ir além tanto da mera ênfase em direitos individuais como da ênfase apenas na formação coletiva da vontade (Kritsch; Silva, 2022, p. 307).

É aqui que a ideia de agonismo se destaca. Não se trata de garantir que todos concordem, mas, sim, de criar um ambiente onde o conflito possa existir de maneira saudável e produtiva. Isso exige uma meticulosidade na forma como nos engajamos no debate. É preciso ter honestidade e humildade, reconhecendo que ninguém possui a verdade absoluta. Que

complexidade e nuances se tornam ferramentas em um diálogo que busca, verdadeiramente, a compreensão mútua.

Para Mouffe (2006), a teoria democrática deveria livrar-se dessas formas de escapismo e encarar de frente o pluralismo de valores; e, ainda que alguns limites precisem ser estabelecidos para a confrontação legítima na esfera pública, eles devem ter sua natureza política reconhecida. Como aponta Katya Kozicki (2015), Mouffe desenvolve, especialmente contra Carl Schmitt, que postulava um *demos* homogêneo para a democracia, não apenas uma democracia radical, mas também uma democracia plural, diante da possibilidade de compatibilizar a distinção amigo-inimigo com o pluralismo democrático. Diante disso, Mouffe (2006) – que afirma compartilhar com aqueles autores a preocupação com o atual estado das instituições democráticas, contra os modelos agregativos – considera que a resolução dos problemas contemporâneos não pode estar na mera substituição da racionalidade instrumental por outra forma de racionalidade, seja ela deliberativa ou comunicativa. Ainda que seja possível e importante ampliar a visão sobre a racionalidade instrumental a partir de entendimentos diferentes da razão, tal proposta não elucida o problema real exposto pela questão da lealdade política (*allegiance*). Assim, lançando mão da análise de Michael Oakeshott (1975), Mouffe sustenta que a autoridade das instituições políticas não está assentada no consentimento, mas em uma contínua adesão dos cidadãos ao reconhecimento de suas obrigações de obedecer às condições que a res publica enseja; isto é, a fidelidade dos cidadãos em relação às instituições democráticas não é um questão de justificação racional, mas liga-se à disponibilidade de formas democráticas de individualidade e subjetividade que geram um conjunto de práticas e faz das pessoas cidadãos verdadeiramente democráticos (Kritsch; Silva, 2022, p. 311-312).

Quando exploramos a essência do agonismo, percebemos que ele não é apenas uma estratégia política, mas uma proposta de vida. Esse é o espírito que precisamos cultivar na democracia: um campo onde as diferenças são vistas como desafios a serem superados e não como barreiras intransponíveis. Ao entender a natureza intrínseca do conflito e ao abraçar a diversidade de opiniões, conseguimos criar um tecido social mais forte e resiliente. Encorajar diálogos onde a discordância possa florescer traz à tona uma nova vitalidade política que, muitas vezes, é relegada ao esquecimento.

O papel do conflito é, paradoxalmente, um dos pilares do fortalecimento democrático. Precisamos estar dispostos a olhar para as tensões como um espaço de construção, um lugar onde se pode discutir e, quem sabe, estabelecer novos acordos em meio à pluralidade de vozes.

Quero analisar o discurso dominante, que anuncia o ‘fim do modelo adversarial da política’ e insiste na necessidade de ir além da esquerda e da direita rumo a uma política consensual do centro (...) esse tipo de discurso tem consequências muito negativas para a política democrática. Na verdade, contribuiu para o enfraquecimento da ‘esfera política democrática’ e levou à crescente prevalência de um discurso jurídico e moral, uma prevalência que tomo como inimiga da democracia. Compreendo que a moralização e a juridicização crescentes da política, longe de serem um passo progressivo no desenvolvimento da democracia, devem ser vistas como uma ameaça à sua existência futura. (Mouffe, 2005, p. 123)

Para compreender as distinções essenciais entre antagonismo e agonismo, é preciso mergulhar na natureza do conflito político. O antagonismo, frequentemente relacionado à hostilidade e à luta pela destruição do oponente, traz consigo um clima tóxico que pode corroer as bases de um sistema democrático. É o tipo de desacordo que não reconhece a validade do outro, onde a divisão se torna um abismo quase intransponível “o caráter paradoxal da democracia moderna e a tensão fundamental entre a lógica da democracia e a lógica do liberalismo” (Mouffe, 2006, p. 170).

Em contrapartida, o agonismo é um conceito que sugere um espaço onde adversários reconhecem as diferenças entre si, mas mantêm um respeito mútuo pela legitimidade de suas posições. Aqui, o conflito é encarado como uma oportunidade de enriquecer o debate, trazendo diferentes vozes e perspectivas à tona. Esse tipo de dinâmica é vital para a saúde de uma democracia, pois permite que as discordâncias não se transformem em divisões irreparáveis. A proposta de Chantal Mouffe é exatamente essa: é preciso celebrar a discordância e promover um ambiente onde o embate de ideias possa ocorrer de forma robusta, mas respeitosa.

Diante disso, com o sugestivo subtítulo “Fugindo do Pluralismo”, Mouffe (2006, p. 169) busca examinar alguns pontos do debate Rawls-Habermas para apontar o que chama de “defeitos cruciais da perspectiva deliberativa”. Dois pontos ganham relevância em sua crítica. O primeiro diz respeito ao liberalismo de Rawls ser político não-metafísico e, assim, estabelecer uma diferença entre o domínio privado, em que a pluralidade coexiste, e o domínio público, em que um consenso sobreposto pode ser estabelecido por uma concepção compartilhada de justiça. Habermas contesta esta ideia, lembra Mouffe (2006, p. 169), afirmando a impossibilidade do desenvolvimento de uma teoria tão independente como Rawls pretende: mesmo a ideia de “razoável” ou a concepção de “pessoa” levam a proposta de Rawls a recair em questões de racionalidade e de verdade que ele pretendia ultrapassar. Assim, Habermas entende que sua teoria é superior à de Rawls justamente por ter um caráter apenas procedimental e deixar mais questões abertas ao próprio processo de constituição da opinião e da vontade, não fazendo uma separação rígida entre o público e o privado. Já Rawls replica que a proposta de Habermas não poderia ser tão estritamente procedimental, na medida em que inclui uma dimensão subjetiva, já que os resultados dos procedimentos não excluem as escolhas que levam a eles. Mouffe (2006) concorda com as críticas de ambos, afirmando que, sim, a concepção de Rawls não pode ser tão independente³³, e a de Habermas não pode ser tão procedimentalista. A pensadora belga afirma que considera revelador ambos não separarem o público do privado, ou o procedimental do substancial, o que mostraria a impossibilidade de se alcançar o que eles estão perseguindo em suas teorias: um domínio não sujeito ao pluralismo, em que seja possível um consenso sem exclusão. Mouffe também chama a atenção para o fato de que Habermas aceite que devam permanecer alheias ao debate público racional as questões que não dizem respeito à justiça, mas à vida digna, a saber, aquelas do domínio da ética, bem como para o fato de que deveriam estar alheios os conflitos entre grupos de interesse que só pudessem ser resolvidos por meio de certos comprometimentos. As questões que farão parte do debate público são as que requerem decisão política e a elas cabe o tratamento moral do debate racional como forma de comunicação política. Para Mouffe (2006), Rawls não acredita

ser possível um acordo racional entre doutrinas abrangentes e, por isso, defende a neutralidade em relação a visões abrangentes. Já Habermas tentaria escapar das implicações do pluralismo por meio da diferenciação entre ética (em que há pluralismo) e moral (em que há imparcialidade e universalidade). Para ela, Rawls e Habermas querem propor uma adesão à democracia liberal que feche as portas para sua contestação e, por isso, relegam o pluralismo a um domínio não-público e isolam a política de suas consequências. Contudo, o domínio da política não é um terreno neutro que possa ser isolado do pluralismo, ensina Mouffe (2015); existem razões e consequências para o declínio de um discurso político propriamente dito e sua substituição por um discurso moral ou, por vezes, até moralista – um fenômeno que Mouffe chamou de liberalismo moralizante (*moralizing liberalism*), cujo subtexto incluiria a erradicação dos antagonismos e a possibilidade de regulação da sociedade por meio de procedimentos racionais morais. Na prática política, o que se viu foi uma rápida colonização, no terreno discursivo, levada a cabo pela teoria deliberativa, que legou os conflitos políticos à resolução de tribunais imparciais, privilegiando assim o aspecto judicial, mas não político, dos conflitos sociais (Kritsch; Silva, 2022, p. 308-310).

Esta abordagem se torna especialmente importante em contextos onde o populismo busca se estabelecer. Ao explorar as fraturas criadas por um sistema que marginaliza vozes, percebemos como o populismo pode se aproveitar dessa polarização extrema. Um pop star político pode facilmente se alimentar das divisões, apresentando-se como o salvador que promete restituir as vozes silenciadas. No entanto, a questão que fica é: que tipo de diálogo estamos realmente fomentando? É saudável radicalizar posições ou isso significa simplesmente alimentar um ciclo de ressentimento?

A rede comunicativa da esfera pública representa assim um importante instrumento para contrastar a limitação do exercício do poder político ao círculo restrito dos “membros autorizados do sistema político” e para estendê-lo a amplas camadas de cidadãos. Portanto, a verdadeira democratização do poder ocorre somente quando o fluxo comunicativo entre cidadãos e instâncias decisórias autorizadas se torna um fluxo de poder no qual o poder político informal e o institucionalizado entram em uma relação de feedback. A esfera pública em questão não é, portanto, de modo nenhum, um simples fórum de opiniões, mas um componente essencial da democracia, contra uma concepção meramente institucional da mesma (...). Na teoria de Habermas, (...) a verdadeira democracia pressupõe uma esfera pública funcionante e uma cultura política de cunho democrático (Pinzani, 2009, pp. 152-153).

Em culturas políticas diversificadas, esses conceitos se manifestam de maneiras variadas. Em algumas democracias, o debate ainda respeitoso coexistiu com uma forte oposição política. Em outras, a violência política e a deslegitimação do oponente tornaram-se norma, levando a um desgaste da confiança nas instituições. Ao examinarmos essas nuances, devemos questionar: como as diferentes formas de tratar a dissensão em nosso contexto afetam a coesão social?

No paradigma procedimental do direito, a esfera pública política é concebida não somente como a antessala do complexo parlamentar, mas (também) como uma periferia

geradora de impulsos que envolve (*einschließt*) o centro político: promovendo um balanço das razões normativas, ela opera sobre todas as partes do sistema político, sem (ter), todavia, o propósito de conquistá-lo (Habermas, 2020, p. 558).

É fundamental, então, compreender que o antagonismo não é apenas um fenômeno averiguável nos palanques das campanhas políticas, mas também nas interações cotidianas. “Não há direito democrático sem democracia” (Pinzani, 2009, p. 145). Portanto, ao nos aprofundar no conceito de agonismo, somos levados a reavaliar o papel que o conflito desempenha nas democracias contemporâneas.

A CRISE DO LIBERALISMO E A EMERGÊNCIA DAS ALTERNATIVAS DEMOCRÁTICAS - ENTRE A DESLEGITIMAÇÃO INSTITUCIONAL E A REINVENÇÃO POLÍTICA

Vivemos tempos marcados por um mal-estar crescente, difícil de ser ignorado. Por todos os lados, surgem sinais de que algo profundo está em crise. A desigualdade social, por exemplo, avança de maneira alarmante, corroendo os alicerces da convivência e gerando um caldo de desconfiança e ressentimento. Seus efeitos não são apenas econômicos eles se infiltram nas relações sociais, políticas e institucionais, como uma rachadura que ameaça comprometer toda a estrutura.

Sem o comprometimento do cidadão com a razão pública e o cumprimento do dever de civilidade, as divisões e hostilidades entre doutrinas inevitavelmente virão se afirmar, se é que já não existam. A harmonia e a concórdia entre as doutrinas e a afirmação da razão pública pelas pessoas não são, infelizmente, uma condição permanente da vida social. Antes, a harmonia e a concórdia dependem da vitalidade da cultura política pública e de os cidadãos empenharem-se na realização do ideal da razão pública. Uma vez que já não conseguissem perceber o sentido de afirmar o ideal de razão pública, os cidadãos poderiam facilmente tornar-se amargurados e ressentidos e passar a ignorá-los (Rawls, 2011, p. 576-577).

Outro sintoma evidente é a erosão da confiança nas instituições. Os políticos, os tribunais, a mídia... tudo parece estar sob suspeita. As pessoas perdem a fé naqueles que deveriam representá-las, e isso abre espaço para o caos, para a desordem, para soluções fáceis e perigosas. É como se as engrenagens da máquina social estivessem emperrando. A força das instituições “dependem de sua vigência na mente das pessoas” (Castells, 2018, p. 10).

E, claro, o crescimento de movimentos que questionam abertamente a ordem estabelecida. Seja na direita, seja na esquerda, surgem vozes que clamam por mudanças radicais, que propõem

soluções mirabolantes, que desafiam os valores liberais. É como se a casa estivesse pegando fogo e cada um tentasse apagar o incêndio com um balde diferente. O sistema de direitos constitui “as condições sob as quais podem ser institucionalizadas as formas de comunicação necessárias à gênese politicamente do direito” (Habermas, 2020, p. 152).

Esses são apenas alguns dos sinais mais evidentes. Mas a questão é: o que causou tudo isso? Quais são as raízes desse mal-estar? Como o liberalismo, que foi o “farol da modernidade”, chegou a este ponto?

Aprofundando o olhar sobre a deslegitimação das instituições liberais, é impossível ignorar o cenário global, um turbilhão de crises econômicas, polarização política e o avanço tecnológico que reconfigura a maneira como interagimos com o mundo. A desconfiança, qual um vírus, se espalha, corroendo a base sobre a qual o liberalismo se ergueu.

Pensemos nas crises financeiras, por exemplo. Elas expõem as fragilidades do sistema, a ganância desenfreada e a desigualdade que se aprofunda. A sensação de que as regras não se aplicam a todos, de que os poderosos escapam impunes, alimenta a descrença nas instituições.

A polarização política, por sua vez, atua como um catalisador. Ela divide a sociedade em trincheiras, onde o diálogo se torna impossível e a confiança no “outro” se esvai. A mídia, com suas narrativas muitas vezes enviesadas, e as redes sociais, com suas bolhas e algoritmos que reforçam preconceitos, potencializam essa divisão. A verdade, diluída em meio a *fake news* e teorias conspiratórias, se torna mais uma vítima.

E as novas tecnologias? Elas prometem democratização, mas também abrem espaço para manipulação em larga escala. A proliferação de notícias falsas, a vigilância digital, a capacidade de influenciar eleições tudo isso mina a credibilidade das instituições e desestabiliza a confiança pública. O que era para unir, muitas vezes afasta. É “a autodestruição da legitimidade institucional (das democracias liberais) pelo próprio processo político” (Castells, 2018, p. 20).

A comunicação, como um rio caudaloso, desempenha um papel crucial nesse processo. As estratégias de comunicação que minam a credibilidade dos pilares liberais são variadas e sofisticadas. Populistas de todos os matizes, aproveitando-se do descontentamento popular, constroem narrativas que pintam o liberalismo como o responsável pelos males da sociedade. Eles exploram o medo, a raiva e a frustração, prometendo soluções simples para problemas complexos.

A mídia tradicional, muitas vezes alvo de críticas, nem sempre colabora para um debate saudável. A busca por audiência, a polarização ideológica, a falta de profundidade nas análises –

tudo isso contribui para um cenário onde a informação se torna superficial e a desconfiança, justificada ou não, se instala.

E a imagem mais sintética é um rosto humano, no qual nos projetamos a partir de uma relação de identificação que gera confiança. Porque, como sabemos (...) da neurociência mais avançada, a política é fundamentalmente emocional, por mais que isso pese aos racionalistas ancorados em um Iluminismo que há tempos perdeu seu brilho. A partir desse primeiro reflexo emocional que marca nosso universo visual emocional, procedemos ao processo cognitivo de elaboração e decisão. A impressão vai se tornando opinião. E se confirma ou se desmente na elaboração do debate contínuo que acontece nas redes sociais em interação com a mídia. A comunicação de massa se modela mediante a autocomunicação de massa através da internet e das plataformas *wi-fi* onipresentes em nossa prática (Castells, 2018, p. 20).

As redes sociais, por sua vez, funcionam como câmaras de eco, amplificando vozes extremistas e propagando desinformação. A velocidade com que as notícias se espalham, a dificuldade em verificar a veracidade das informações e a ausência de filtros efetivos tornam o ambiente propício à manipulação.

Diante desse quadro, é fácil entender por que a descrença nas instituições liberais se tornou tão disseminada. A crise não é apenas interna, mas alimentada por um ambiente externo desfavorável, um verdadeiro campo minado de desafios e ameaças. As vozes da mudança emergem como faróis em meio à tempestade que assola o liberalismo. São os movimentos sociais, verdadeiros catalisadores de transformação, que desafiam a inércia e a estagnação, propondo um novo horizonte. É neles que reside a esperança de um futuro mais justo e democrático, mas a jornada não é isenta de obstáculos.

As lutas desses movimentos são diversas e multifacetadas, refletindo as complexidades da sociedade contemporânea. Vão desde as reivindicações por igualdade racial e de gênero até a defesa do meio ambiente e dos direitos das minorias. Cada luta é um grito de resistência contra as estruturas de poder que perpetuam a desigualdade e a injustiça. A atuação desses grupos se dá em diferentes esferas, desde as ruas e praças, com manifestações e protestos, até as instituições políticas, através do ativismo e da participação eleitoral, o poder pode ser comunicativo de maneira fluida através de corporações e movimentos sociais “vincular o poder administrativo do aparelho do Estado à vontade dos cidadãos” (Habermas, 2020, p. 187).

Suas propostas são igualmente variadas, mas convergem em um ponto: a necessidade de superar as limitações do liberalismo tradicional. Questionam o individualismo exacerbado, a mercantilização da vida e a concentração de poder nas mãos de poucos. Buscam alternativas que valorizem a solidariedade, a cooperação e a participação popular. Propõem modelos econômicos

mais justos e sustentáveis, que priorizem o bem-estar social em detrimento do lucro a qualquer custo. Anseiam por uma democracia mais participativa, onde a voz do povo seja ouvida e respeitada.

A solidariedade nasce em um contexto ético de hábitos, lealdades e confiança recíproca, com base no qual os conflitos surgidos em contextos de interação podem ser solucionados (Pinzani, 2009, p. 144).

A visão de futuro desses movimentos é inspiradora. Sonham com uma sociedade onde todos tenham acesso a direitos básicos, como saúde, educação, moradia e alimentação. Imaginam um mundo livre da opressão e da discriminação, onde a diversidade seja celebrada e a igualdade, uma realidade. Almejam uma relação harmoniosa entre o ser humano e a natureza, onde a sustentabilidade seja a base do desenvolvimento.

É fundamental compreender que esses movimentos não são homogêneos, mas sim um conjunto heterogêneo de atores com diferentes perspectivas e estratégias. Existem divergências internas, tensões e conflitos, mas também há pontos de convergência e alianças estratégicas “a universalização de um *status* de cidadão institucionalizado pelo direito público (...). O núcleo dessa cidadania é formado pelos direitos políticos de participação” (Habermas, 2020, p. 119). A riqueza dessa diversidade é, na verdade, uma força, pois permite que esses movimentos abordem os desafios de forma mais abrangente e adaptável.

Ao analisar a ascensão e o impacto desses movimentos, é preciso reconhecer que eles não surgem do nada. “O núcleo da sociedade civil é formado por um caráter associativo, que institucionaliza discursos voltados à solução de questões de interesse geral no quadro de esferas públicas organizadas” (Habermas, 2020, p. 465). São resultado de anos de luta, de acumulação de experiências e de aprendizado. São herdeiros de tradições de resistência e de pensamento crítico. São, sobretudo, a expressão da insatisfação com o status quo e da esperança de um futuro melhor.

Contudo, a jornada dos movimentos sociais não é fácil. Enfrentam resistência por parte das elites políticas e econômicas, que buscam manter seus privilégios. São alvos de ataques e de tentativas de deslegitimação. Muitas vezes, são marginalizados e silenciados pela mídia tradicional. A sociedade civil formada por “agrupamentos e organizações não estatais e não econômicas de base voluntária, que ancoram as estruturas comunicativas da esfera pública nos componentes sociais do mundo da vida” (Habermas, 2020, p. 465). Mas, apesar de todos os obstáculos, perseveraram em sua luta, movidos pela convicção de que outro mundo é possível.

Observar a trajetória desses movimentos nos permite vislumbrar novas possibilidades para a democracia. São eles que impulsionam o debate público, que colocam em pauta temas importantes e que desafiam os limites do que é considerado possível. São eles que nos lembram que a luta por um futuro mais justo é uma responsabilidade de todos. São eles, enfim, a prova viva de que a esperança ainda pulsa.

Habermas considera os outros dois paradigmas (liberal e republicano) a expressão de uma visão do homem e da sociedade que corresponde à sociedade da economia capitalista. Contudo, enquanto na leitura liberal a sociedade capitalista ‘preenche a expectativa de justiça social por meio da defesa autônoma e privada de interesses próprios’, no paradigma do Estado social esta expectativa é negada (...). O jogo de gangorra entre os sujeitos de ação privados e (os sujeitos) estatais é substituído pelas formas de comunicação mais ou menos intactas das esferas privadas e públicas do mundo da vida, de um lado, e pelo sistema político, de outro lado (...). A legitimidade do direito se apoia, desta maneira ‘em um arranjo comunicativo: enquanto participantes de discursos racionais, os parceiros de direito devem poder examinar se uma norma controvertida encontra ou poderia encontrar o assentimento de todos os possíveis atingidos (Pinzani, 2009, p. 148).

Chegamos, então, ao âmago da questão: a agonia do liberalismo é o prenúncio de seu ocaso? Ou vislumbramos aqui uma metamorfose, um processo de adaptação que o impulsionará a uma nova fase? A resposta, como sempre, reside na complexidade. “Desse modo quase imperceptível, a lógica equivalencial leva à singularidade, e a singularidade à identificação da unidade do grupo ao nome do líder” (Laclau, 2008, p. 122).

Examinemos as diversas perspectivas. Há quem, amparado em uma visão mais conservadora, veja nesse cenário a necessidade de um retorno aos princípios fundamentais do liberalismo clássico. Para esses, a solução reside em resgatar a ênfase na liberdade individual, na responsabilidade fiscal e em um mercado autorregulado, como se a fórmula original, em sua pureza, fosse suficiente para curar os males contemporâneos. No entanto, essa visão, por vezes, ignora as transformações sociais e econômicas que moldaram o mundo. Ela pode ser vista como uma tentativa de restaurar um passado idealizado, sem reconhecer as novas demandas e desafios.

Nesse sentido, é possível observar que o sistema político representativo se encontra em descompasso com a vontade popular. Consequentemente, o representado não se sente beneficiado pelas decisões tomadas por seus representantes, muitas vezes o interesse atendido acaba sendo do próprio indivíduo, do partido ou do financiador de sua campanha, o que, deixa o interesse do eleitor muito distante da realidade prática. (Mendes; Oliveira, 2021, p. 42).

Em contraponto, emergem as propostas mais radicais, que questionam a própria estrutura

do liberalismo. Defensores dessas ideias argumentam que o sistema atual está irremediavelmente corrompido, que a busca incessante pelo lucro e a concentração de poder nas mãos de poucos criaram um abismo social intransponível. Para eles, a reinvenção do liberalismo exige uma ruptura, a adoção de novas formas de organização econômica e política que priorizem a justiça social, a igualdade e a sustentabilidade. O desafio, porém, reside em como implementar essas mudanças sem incorrer em soluções autoritárias ou utópicas.

Entre esses dois extremos, existe um vasto espectro de possibilidades. É preciso, antes de tudo, reconhecer que o liberalismo, tal como o conhecemos, está em crise. As instituições liberais, construídas com base em promessas de progresso e prosperidade, não conseguiram cumprir totalmente o que prometeram. A desigualdade persistente, a erosão da confiança nas instituições e o sentimento de que o sistema não representa os anseios da maioria são evidências disso.

A sobrevivência do liberalismo, então, dependerá de sua capacidade de se reinventar. Isso implica em uma profunda reflexão sobre seus próprios princípios e práticas. Será preciso dialogar com as críticas, reconhecer os erros e buscar soluções que abordem as raízes dos problemas. Implica também em uma abertura para novas ideias, em uma disposição para experimentar e inovar. Em suma, o futuro do liberalismo é incerto. A agonia que vivemos hoje pode ser o sinal de seu fim, ou o prelúdio de uma transformação. O que acontecerá dependerá das escolhas que fizermos. Dependerá da nossa capacidade de olhar para o horizonte, de aprender com o passado e de construir um futuro mais justo e democrático para todos.

CONCLUSÃO

A análise empreendida ao longo do presente artigo permitiu desconstruir a visão reducionista que associa o populismo exclusivamente à manipulação das massas ou à ameaça autoritária. Em diálogo com a teoria agonística de Chantal Mouffe, evidenciou-se que o populismo, quando orientado por uma lógica democrática e institucionalizada, pode atuar como vetor de inclusão política, permitindo a emergência de sujeitos coletivos historicamente silenciados e a reconfiguração das fronteiras do espaço público. Longe de significar a degeneração da política, o populismo, concebido como uma forma discursiva de mobilização contra-hegemônica, apresenta-se como instrumento legítimo para a radicalização da democracia, desde que ancorado em princípios que valorizem o dissenso, o pluralismo e a participação cidadã.

A distinção proposta por Mouffe entre antagonismo — marcado pela negação do outro

como legítimo — e agonismo — que reconhece o adversário como interlocutor válido no jogo democrático — é crucial para a reinterpretação do papel do conflito nas sociedades contemporâneas. Ao contrário da lógica liberal que busca eliminar ou amortecer os confrontos políticos por meio do consenso moral, a proposta agonística valoriza o confronto de projetos societários como expressão da vitalidade democrática. Nesse sentido, o populismo pode ser entendido como uma tentativa de reinscrição do conflito político em um campo de disputa legítima, oferecendo uma alternativa à apatia institucionalizada que caracteriza muitas democracias liberais em crise.

Diante da deslegitimação das instituições, da ascensão de discursos de ódio e da crescente polarização social, torna-se imperativo repensar os marcos da democracia contemporânea. A teoria de Mouffe oferece ferramentas analíticas potentes para compreender como os afetos, os discursos e os antagonismos podem ser canalizados de forma produtiva, evitando tanto o colapso autoritário quanto a paralisia liberal. Ao incorporar a diversidade de vozes, reconhecer a multiplicidade de identidades e instituir arenas públicas para o embate democrático, uma política agonística resgata o sentido emancipatório da democracia, reafirmando sua capacidade de transformação e inclusão.

Assim, a reinvenção democrática não exige o apagamento das diferenças, mas sim sua articulação em um espaço onde o conflito possa ser travado sem que a existência do outro seja negada. É nesse ponto que o populismo, repensado à luz da democracia agonística, revela seu valor estratégico: ele permite não apenas tensionar as fronteiras da representação política, mas também expandir os horizontes da cidadania e renovar a crença coletiva na possibilidade de um futuro comum. Reconciliar conflito e democracia, longe de ser um paradoxo, constitui o desafio fundamental do século XXI — e o populismo, sob certas condições, pode ser parte da resposta.

A relevância dessa abordagem ganha ainda mais destaque no contexto atual, em que se observa o esgotamento das promessas liberais diante da intensificação das crises sociais, econômicas e ambientais. Ao invés de insistir na ilusão de uma neutralidade normativa que ignora as fraturas reais da sociedade, é preciso reconstruir o horizonte democrático com base na escuta dos conflitos e na valorização das diferenças. O populismo, quando compreendido de forma crítica e situado no interior de um projeto agonístico, pode funcionar como instrumento de abertura e renovação democrática, especialmente quando canaliza afetos e demandas reprimidas por estruturas que insistem em conservar privilégios e silenciar dissidências.

Por fim, reconhecer o valor epistêmico e político do conflito significa reposicionar a

democracia como um projeto em constante disputa e reinvenção. A radicalização democrática proposta por Mouffe convida à superação dos limites normativos do liberalismo, afirmando que a verdadeira força da democracia reside na sua capacidade de integrar antagonismos sem dissolvê-los. O populismo, nesse cenário, não é ameaça à democracia, mas sintoma de seu bloqueio e possibilidade de sua revitalização. Abrir-se a essa leitura implica não apenas repensar categorias teóricas, mas também renovar práticas políticas e institucionais em direção a um modelo mais inclusivo, participativo e sensível à pluralidade que marca as sociedades contemporâneas.

REFERÊNCIAS

CASTELLS, Manuel. **Ruptura: a crise da democracia liberal**. São Paulo: **Zahar**, 2018.

HABERMAS, Jürgen. **Facticidade e validade: contribuições para uma teoria discursiva do direito e da democracia**. São Paulo: **Editora Unesp**, 2020.

KRITSCH, Raquel; SILVA, André Luiz da. Esfera pública e democracia no pensamento de J. Rawls, J. Habermas e C. Mouffe: teorias políticas e democráticas em debate. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 116, p. 145–180, maio/ago. 2022.

LACLAU, Ernesto. **La raison populiste**. Paris: **Seuil**, 2008. (Edição original: *On populist reason*. Londres: **Verso**, 2005. Tradução brasileira: *A razão populista*. São Paulo: **Três Estrelas**, 2013.)

MENDES, Julia da Silva; OLIVEIRA, L. C. Democracia representativa e crise de legitimidade: a necessidade de reavaliação do ato de governar. **Revista Direitos Democráticos & Estado Moderno**, v. 3, p. 34-51, 2021.

MOUFFE, Chantal. For an Agonistic Public Sphere. In: TØNDER, Lars; THOMASSEN, Lasse (ed.). **Radical Democracy: Politics between abundance and lack**. Manchester: **Manchester University Press**, p. 123-132, 2005.

MOUFFE, Chantal. Por um modelo agonístico de democracia. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, n. 25, p. 165-175, 2006.

PINZANI, Alessandro. **Habermas**. 1. ed. Porto Alegre: **Penso**, 2009.

RAWLS, John. **O liberalismo político**. Tradução de Álvaro de Vita. São Paulo: **Martins Fontes**, 2011.

WITTGENSTEIN, Leif. **Culture and Value**. Chicago: **University of Chicago**, 1980.